

João Fragoso e Manolo Florentino

O arcaísmo como projeto

Mercado atlântico, sociedade agrária
e elite mercantil em uma economia
colonial tardia
Rio de Janeiro, c.1790-c.1840

4ª edição revista e ampliada



CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Rio de Janeiro
2001

COPYRIGHT © João Fragoso e Manolo Florentino, 2001

CAPA

Evelyn Grumach

PROJETO GRÁFICO

Evelyn Grumach e João de Souza Leite

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

F655a Florentino, Manolo, 1958-
O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840 / Manolo Florentino e João Fragoso. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Apêndices

ISBN 85-200-0534-9

1. Brasil – História – Período colonial, 1500-1822. 2. Renda – Brasil – Distribuição – História. 3. Brasil – Condições econômicas. I. Título.

01-0480

CDD – 981.03

CDU – 981 “1500/1822”

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão de partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Direitos desta edição adquiridos pela
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
um selo da

DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.
Rua Argentina 171, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 20921-380
Telefone (21) 585-2000

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL
Caixa Postal 23.052, Rio de Janeiro, RJ – 20922-970

Impresso no Brasil
2001

para Renato Rocha Pitzer,
in memoriam

A ESTRUTURA DA OFERTA DA MÃO-DE-OBRA 118

A ESTRUTURA DA OFERTA DE ALIMENTOS 148

A ESTERILIZAÇÃO QUE NÃO ESGOTA 159

CAPÍTULO IV

Elite mercantil e lógica de reprodução em uma economia colonial tardia 167

A PREEMINÊNCIA DO CAPITAL MERCANTIL 169

A NATUREZA ESTRUTURAL DO MONOPÓLIO E DA ESPECULAÇÃO 189

A NATUREZA ESTRUTURAL DA CADEIA ADIANTAMENTO/ENDIVIDAMENTO 203

CAPÍTULO V

O arcaísmo como projeto 221

O *PRIMUM MOBILE* DA ESCRAVIDÃO 223

O IDEAL ARISTOCRÁTICO DA ELITE MERCANTIL E A FORMAÇÃO DA ARISTOCRACIA NOS TRÓPICOS 227

UMA SOCIEDADE HISTORICAMENTE SOLIDÁRIA COM A EXCLUSÃO 235

APÊNDICES 239

Prefácio à primeira edição

Este livro me parece exemplar em dois sentidos principais.

Trata-se, em primeiro lugar, de uma obra em colaboração que efetua a confluência de duas importantes teses de doutoramento, defendidas na Universidade Federal Fluminense. Além do fato óbvio de que duas cabeças bem sintonizadas pensam melhor do que uma, deve ser ressaltado que aquelas teses resultaram de longos processos de pesquisa coordenados entre si, voltados em parte para as mesmas massas documentais, interrogadas para finalidades diferentes mas complementares. Assim, a troca de idéias entre os autores vem de longe, tendo já rendido outros frutos antes na forma de artigos e comunicações. Ora, o trabalho em equipe é pouco freqüente entre nós, o individualismo predomina nas hostes da academia. Textos como este demonstram que isso é uma pena! Oxalá a leitura de resultados tão interessantes de um esforço conjunto encoraje o desenvolvimento de projetos similares. Tendo, no passado, produzido sete livros em colaboração com o historiador Héctor Pérez Brignoli, não tenho, quanto a mim, qualquer dúvida acerca de quão profícuo e intelectualmente satisfatório pode ser o trabalho em equipe. Quantas vezes a discussão de um ponto crucial, de divergências ou convergências, do caminho a seguir tornou-se tão excitante e envolvente que só ao ver o sol raiar e

a esposa de Héctor, Yolanda, trazer-nos o primeiro café do novo dia percebíamos ter passado a noite em claro, falando, debatendo, planejando!

Este livro parece-me, ainda, exemplar por conseguir uma rara conjugação dialética do todo e das partes, por ser um enfoque do regional que tanto ilumina o quadro de conjunto quanto é por ele iluminado. Este estudo do Rio de Janeiro entre 1790 e 1840 desembocou no esclarecimento dos mecanismos gerais de reprodução da economia e da sociedade da Colônia e das décadas iniciais do Império em sua totalidade; mas, por sua vez, foi formulado no bojo de uma visão bem determinada acerca da estrutura social inteira — suas hierarquias, sua ideologia, seu funcionamento.

Sendo extremamente original e bem baseada empiricamente, a versão que oferecem os autores desse meio século de nossa história deverá despertar debates e controvérsias de grande interesse e utilidade. Sinto-me orgulhoso por ter sido o orientador de uma, e ter participado da banca das duas teses que originaram este texto, estando portanto vinculado às raízes acadêmicas deste esforço de síntese tão oportuno.

Niterói, janeiro de 1993
CIRO FLAMARION CARDOSO

Prefácio à presente edição

Aos poucos, sucedem-se as edições de *O arcaísmo como projeto*, resultado da cúmplice reflexão de João Fragoso e Manolo Florentino. Menos citado do que as publicações individuais de cada um — *Homens de grossa aventura*, de João, e *Em costas negras*, de Manolo —, o *Arcaísmo* traz, no mínimo, dois desafidores abusos teóricos. Primeiro, contrariando a teoria dos ciclos da matriz historiográfica, que associa pelo avesso nossos períodos de maior atividade econômica à fase descendente do ciclo da economia internacional, sustentam Manolo e João, evidências à mão, que o dinamismo da economia interna do país se excitava no mesmo compasso da volúpia acumulativa do febril universo colonial em expansão. Estamos falando do século que vai de meados dos oitocentos a meados do XIX e do sólido enraizamento do sistema escravista de produção da vida material do que se estruturava como sociedade brasileira. O argumento e a documentação pertinente o leitor encontrará ao longo do volume, advertido de que a cerimoniosa contestação que apresentam àquele elegante, complexo e poderoso modelo, essencial e exaustivamente arquitetado por Celso Furtado, representa na verdade completa subversão do ordenamento da história econômico-social brasileira. Todo o acervo de informação já acumulada, do tráfico negreiro ao sistema judiciário,

adquire novo estatuto documental, a serviço, agora, de modelo especular contraditório da historiografia consagrada. Pareço esotérico, mas o ponto central é simples: aquilo que se supõe tenha sido a gênese da sociedade brasileira contemporânea está seriamente equivocado, logo, aquilo que se supõe seja o melhor entendimento da própria sociedade brasileira contemporânea aparece seriamente comprometido. Isto não pode ficar assim, evidentemente, e no devido tempo outras investigações empíricas trarão reforço ou desafio às hipóteses teóricas e robustez das evidências do *Arcaísmo*. E, nesse passo, esclareço que estou procedendo à cirúrgica simplificação do argumento de João e Manolo. Todo ele considerado e digerido e, com certeza, será em breve impossível produzir historiografia sem acertar contas, de um modo ou de outro, com ele.

Ainda mais explosivo é o segundo ponto que quero destacar. A certa altura da história, de acordo com João e Manolo, aqueles a quem se designava homens de grossa aventura — inclassificável estamento econômico e social que detinha a maior e mais significativa parcela de nossa capacidade de poupança, investimento e creditícia — optam por investir na continuidade de um modo de produção (territorial-escravista e aristocratizante) que, ao que parece, seria o único a garantir a reprodução de uma estrutura em que se mumificariam as barreiras sociais. Atenção, não se tratava de assegurar apenas a perenidade da posição relativa que ocupavam, mas da criação de mecanismos tão poderosos como destinar ao exílio econômico e social todos os rebentos posteriores do aglomerado de pobres, escravos e mestiços constitutivos da não-elite brasileira. Quer dizer, no futuro, a abolição do estatuto jurídico da escravidão, a consagração constitucional da igualdade política de todas as etnias, em acréscimo à universalização dos direitos de cidadania,

nia, além de relativo progresso na escala da renda, seriam insuficientes para romper o hímen da pretendida pureza e intocabilidade do quisto superior da comunidade. A sociedade, eventualmente, viria a enriquecer, sempre, contudo, mediante a reprodução ampliada do mesmo. O projeto antigo, moderno e contemporâneo foi e é o de congelar uma sociedade arcaica, de inabalável estratificação de valores e símbolos de *status*, independentemente de alterações marginais no perfil de distribuição de renda. O arcaísmo da sociedade brasileira não existe por acaso, mas por desígnio.

A tese é radical. Mais do que políticas tendo por objetivo impedir modificações sociais relevantes, estratégia defensiva, a elite brasileira gera, deliberada e continuamente, propostas de curso de ação cujo resultado líquido consiste, em certo sentido, em desistoricizar a sociedade, precisamente na medida em que, como lá dizia o outro, mais as coisas parecem mudar, mais se parecem a si próprias. Eis, portanto, o ponto: tudo que existe, existe por desígnio, em metafórico tempo transistórico.

Controverso — Adam Ferguson seria muito mais enfático no comentário — mas não impossível. Manolo e João transmitem a mensagem de que, suprema entre todas, paira uma fenomenologia da matéria social, chave de identificação das diversas máscaras, a bem dizer disfarces, que iludem a percepção do estado ainda bruto, às vezes brutal, da matéria social originária. Cumpre, evidentemente, desvendar as sucessivas mediações que ao longo do tempo propiciaram a passagem de uma formação à mesma, insinuando outra, diversa. E cumpre, sobretudo, demonstrar que a hipótese dialética da transformação da quantidade em qualidade prescreveu, perempta.

Estimo que não esteja no longínquo horizonte dos possíveis, mas parece-me de todo modo certo que, para prová-lo, será

necessário comer o pudim. No caso, fazer uma história diferente. O *Arcaísmo* é um desses peculiares livros a exigir algo mais do que a fácil retórica relativista para entreter-se com ele. Duvido, ironicamente, se me entendem, duvido que passe em branco.

Para que não restem dúvidas sobre o compromisso deste prefaciador: sou totalmente solidário com a audácia, mérito, possíveis equívocos, pretensão e dúvidas do *Arcaísmo*, saudando-o como o mais visionário projeto de interpretação nacional das últimas décadas.

Rio de Janeiro, outubro de 2000
WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS

CAPÍTULO I

Introdução

“Se existe algum aspecto sobre o qual há consenso entre os analistas da economia brasileira, é o de que nela prepondera uma das distribuições de renda mais desiguais do mundo ocidental, senão a mais desigual.”¹ Tal é a constatação que serve de eixo à análise de Maurício Costa Romão numa coletânea sobre a economia brasileira das últimas décadas. Seus dados são contundentes: entre 1960 e 1988, a porcentagem de indivíduos abaixo da linha de pobreza gravitou ao redor de 40% da população. Mais curioso ainda é que os indicadores de distribuição da renda nacional pouco variaram frente aos diversos ciclos de expansão/contração da economia recente. Assim, uma comparação entre uma etapa claramente retracionista, como 1960, e o *boom* do milagre (1970) nos mostra poucas alterações dos altos níveis de incidência da pobreza — se no primeiro ano os indivíduos miseráveis somam 41% da população, dez anos depois situam-se em 39%. A miséria é praticamente invariável, certo, mas o mesmo não ocorre com a renda detida pelos 10% mais ricos, os quais concentravam 35% da riqueza em 1960, aumentando para 42% em 1970.² Outras análises confirmam a ten-

¹ROMÃO, Maurício C. “Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil”, in: CAMARGO, José M. & GIAMBIAGI, Fábio (orgs.). *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 103.

²Idem, pp. 103-106.

dência, mas exacerbam o perfil concentracionista: em 1960 o décimo mais rico dos brasileiros deteria 40% da riqueza, cifra que teria subido para 47% em 1970, 48% em 1980 e chegado a 49% em 1990.³

Comentando a permanência da extrema concentração da distribuição de renda entre nós, Antônio Barros de Castro alerta que dar conta da enorme concentração de renda entre nós é algo que exige do economista “assumir o risco de ir além dos limites que circundam o seu terreno profissional (...) mediante a introdução de considerações histórico-contextuais”.⁴

Nosso livro assume os riscos inerentes à tentativa de ultrapassar a persistente redução da reflexão histórica à simples reiteração da “memória”. Seguindo os passos de Marc Bloch, cremos que o historiador pode oferecer importantes subsídios para, através do passado, ajudar a compreender o presente. Daí termos buscado entender a persistente desigualdade brasileira por meio de alguns de seus nexos com nossa história colonial tardia — i.e., com os séculos XVIII e XIX.

Não se engane o leitor, imaginando que este livro possa ser confundido com uma análise “econômica” no sentido restrito do termo. Pois sua idéia central é a de que a natureza arcaica da formação colonial tardia impede que a economia possa ser apreendida por si mesma, i.e., sem levar em conta os aspectos não-econômicos que informavam seu funcionamento.⁵ Daí a hipótese que norteia toda a reflexão: a de que a reprodução do

³BARROS, Ricardo Paes de *et. al.* *Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais*. Rio de Janeiro, IPEA, 1997, p. 40 (texto para Discussão # 454) — cf. Apêndice A.

⁴In: CAMARGO & GIAMBIAGI, *op. cit.*, pp. 11-12.

⁵Inspiramo-nos, portanto, em diversos trabalhos de Karl Polanyi, cujas idéias centrais podem ser aferidas em *A grande transformação* (Rio de Janeiro, Campus, 1980).

sistema econômico se imbricava organicamente na contínua re-iteração de uma hierarquia social fortemente excludente. Não poderia ser de outro modo. Em se tratando de uma sociedade escravista, a produção não era auto-regulável, pressupondo a constituição pretérita de relações desiguais de poder — afinal, na escravidão, o produtor direto era cativo de outrem. O poder, expresso em uma hierarquia excludente e fundada na ordem privada, era, portanto, a condição *sine qua non* para a concretização do processo produtivo.

O núcleo da formação colonial tardia era constituído por um tipo específico de reprodução, no qual os próprios mecanismos de ascensão social implicavam recriar o padrão excludente. Assumir semelhante ótica impõe um distanciamento profundo em relação aos principais paradigmas da historiografia nacional. O resultado mais palpável deste distanciamento é a redefinição do papel do mercado, que passa a subordinar-se à consecução da diferenciação perversa.

Trilhar tal perspectiva implica, antes que nada, atentar para a natureza singular da metrópole portuguesa. A recente historiografia lusitana vem pondo em dúvida a possibilidade de apreender o projeto ultramarino português a partir dos clássicos quadros do moderno sistema colonial. Tudo indica que a apropriação do excedente produzido no ultramar tinha o claro propósito de perpetuar em Portugal uma economia e sociedade cujos padrões vinculavam-se ao Antigo Regime. Tratava-se, enfim, de reiterar uma estrutura preexistente, com a aristocracia agrária à testa.

Abre-se aqui uma importante picada para compreender o funcionamento da Colônia. A estrutura social portuguesa trama-ria contra a estabilização e o enraizamento do capital mercantil metropolitano, ao menos no nível alcançado pelos grandes mer-

cadadores de outros centros europeus modernos — que tendiam a controlar a reprodução de suas economias ultramarinas. Se a isto se agrega a natureza mercantil da produção colonial escravista, também marcada por uma frágil divisão social do trabalho e por débil circulação de numerário, estaremos frente às precondições para a preeminência daqueles agentes que, no Brasil, detinham a liquidez do sistema — o capital mercantil residente.

Não nos restringimos, contudo, à simples detecção da hegemonia dos grandes mercadores da época colonial tardia. Fomos além, e buscamos desvendar os mecanismos que afiançavam essa preeminência, opção que nos colocou diante da própria lógica de reiteração temporal da economia e sociedade em questão. De imediato, percebemos que tal reiteração tinha por requisito a contínua incorporação de fatores econômicos cuja oferta combinava uma enorme elasticidade e custos socialmente reduzidos: terras, mão-de-obra e alimentos. Na base desta incorporação estava a existência de uma fronteira aberta, um mosaico de produções não-capitalistas que garantiam o abastecimento interno; além do crescimento do tráfico atlântico de escravos, continuamente alimentado por sua vinculação estrutural à produção da diferenciação social na própria África subsaariana.

De tudo isso resultou uma economia de natureza atlântica, cujos lineamentos não-capitalistas lhe permitia desfrutar certa autonomia frente às pulsações do mercado internacional, além de sedimentar setores de acumulação a ela endógenos. *Pari passu*, rastreamos uma dinâmica na qual o mercado continuamente forjava uma hierarquia excludente de caráter arcaico. De fato, os negociantes de grosso trato da Colônia monopolizavam as atividades mais rentáveis (em especial aquelas ligadas ao comércio atlântico), em um movimento que implicava o dire-

cionamento dos outros agentes econômicos para as atividades menos lucrativas — leia-se, sobretudo, a agricultura.

Este quadro geral sugere um perfil de crescente enriquecimento da elite mercantil, e de contínua pauperização das camadas subalternas livres. Entretanto, o manejo das taxas de pobreza e de riqueza durante a primeira metade do século XIX mostrou certa invariância na parcela detida pelos ricos e pelos pobres. Na verdade, o acesso dos pobres a recursos produtivos em si mesmos baratos — terras, alimentos e mão-de-obra — impediu a *débâcle* social, garantindo a estabilidade do sistema em meio a altos níveis de concentração.

A elite mercantil, por sua vez, viu-se marcada por aquilo que chamamos *ideal aristocrático*, que consistia em transformar a acumulação gerada na circulação de bens em terras, homens e sobrados. Constituía-se, assim, uma economia colonial tardia, arcaica por estar fundada na contínua reconstrução da hierarquia excludente. Nas condições específicas da colônia, a ausência do movimento ensejado pelo ideal aristocrático inviabilizaria o grande cenário rural que por séculos a fio articulou senhores e cativos.⁶

⁶O estudo que se segue é resultado de duas teses de doutoramento. Isto por si só já dá uma idéia do número de pessoas e instituições vinculadas a seu longo amadurecimento. É impossível, entretanto, deixar de sublinhar a paciência e o carinho com que José Roberto Góes, Ana Paula Goulart Ribeiro e Georgina Silva dos Santos acompanharam as etapas iniciais de sua elaboração. Mais recentemente colaboraram Ana Cláudia Quinta Pereira, Carlos Engemann, Marcelo Ferreira de Assis, Daniele Maia Francisco, Alzira Durão, Vanusa de Oliveira Martins, Ana Lugão e Cuca Machado. Para as informações que aqui careçam de indicação de fonte, cf. FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998; e FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. A presente edição incorpora algumas das críticas que foram feitas às anteriores.

mercantil, pelo que o destino dado a essa acumulação nos informa sobre os mecanismos gerais de reprodução da economia.

Se partirmos desse pressuposto geral, acabaremos por concluir não haver contradições maiores entre a hegemonia do capital mercantil (sobretudo no que se refere ao seu parasitismo) e o funcionamento de uma economia agrária de base escravista. Em primeiro lugar, porque a própria existência de uma esfera mercantil hegemônica acabava por reforçar o caráter não capitalista do processo produtivo, além de cercear a opção de mobilidade econômica dos lavradores. Mas a organicidade entre certo tipo de acumulação mercantil e a economia em questão não se esgotava aí, pois grandes frações mercantis, ao constituírem grupos rentistas urbanos, convertiam-se em parcelas do topo da hierarquia. Reforçava-se, desse modo, a natureza excludente da sociedade, dado que se cristalizavam grupos à margem do mundo do trabalho. Por outro lado, caso consideremos que parte do excedente agrícola já havia sido esterilizada (pois fora apropriada pelos comerciantes), a transformação de parcela da elite mercantil em senhores de homens e de terras significará o retorno dessa parte expropriada e, pois, a própria viabilização da hierarquia social. Com esse movimento se completa a reprodução integral da economia e sociedade tratadas, demonstrando-se, ademais, que a estratégia do capital mercantil se subordinava — em um nível muito amplo — à reiteração da estrutura agrária escravista.

Levando-se o raciocínio adiante, e lembrando a posição privilegiada do capital mercantil carioca no mercado atlântico português, observa-se que a contínua recriação dessa estrutura agrária escravista envolvia a própria reprodução de outras formações não-capitalistas. É o caso daquelas que, na África, tinham no tráfico de almas o mais importante eixo de diferenciação social. E também de Portugal, que se apropriava das rendas de-

rivadas dos negócios ultramarinos. Logo, ainda quando seja correto apontar para a cada vez mais intrincada vinculação da economia colonial a um mercado exterior de feições mais e mais capitalistas, seu pano de fundo viabilizador era constituído pela contínua exacerbação de uma natureza arcaizante.

UMA SOCIEDADE HISTORICAMENTE SOLIDÁRIA COM A EXCLUSÃO

A cultura política das elites brasileiras contemporâneas as tem permitido transformar o sono sobre um barril de pólvora em repouso em berço esplêndido. Afinal, por séculos a fio elas não apenas conviveram como se reproduziram *mediante* a exclusão social, afirmação amplamente comprovada pelo fato de ter sido a escravidão (de indígenas e dos africanos e seus descendentes) o tipo de sociedade mais estável já conhecido no Brasil. Isso significa que, do ponto de vista sociológico, nossas elites acostumaram-se à contínua reiteração da diferença socioeconômica entre elas e todos os outros homens livres a partir da renda expropriada ao trabalhador escravo.³

Os dados que temos apresentado demonstram a permanência estrutural da desigualdade na distribuição de renda entre os séculos XVIII e XX. Concentração e diferenciação parecem, portanto, imunes às distintas conjunturas econômicas, tanto aquelas próprias da escravidão quanto as do capitalismo deste final do milênio: é este o mais forte ponto de contato entre a elite contemporânea e as elites de outras épocas. Porém, não se trata apenas da persistência da desigualdade, mas sim de determinado *tipo* de desigualdade, em que a riqueza se concentra de tal modo a não ensejar sequer a existência de grupos intermedi-

³FINLEY, op. cit., pp. 84-85

ários de peso. Eis um perfil a sugerir a permanência de certo padrão de acumulação de riquezas, o qual, tal como uma bactéria absolutamente infensa a antídotos, conseguiu ultrapassar a escravidão e adaptar-se ao nosso capitalismo tupiniquim.

Trata-se de um padrão que não se restringe ou se esgota no mercado, pois tem na cultura — especialmente na cultura política — um momento fundamental. Nesse sentido, é possível que dois elementos tenham contribuído desde sempre para o verdadeiro êxito histórico desse padrão excludente. No campo da cultura política, observou-se no início deste livro que nossas elites inscrevem a pobreza no mundo da natureza — o que não as insta a postular seriamente seu fim e as faz sentir-se absolutamente isentas de qualquer responsabilidade. Além disso, em circunstâncias-limite, associam quase que ontologicamente os pobres ao crime, surgindo a coerção como o único paliativo.⁴

Visão de mundo secular, a ninguém espantaria os termos empregados pelo governador Thomé Correia de Alvarenga, ao solicitar ao rei, em 1658, providências contra a onda de crimes que assolava a cidade do Rio de Janeiro. Estes, dizia ele, se continuassem a ocorrer, trariam a

ruína para este povo, pela ousadia de muitas pessoas que nele há sem cabedal, [dentre as quais] principalmente destes mamelucos que com facilidade cometem qualquer crime.⁵

⁴Por certo, essas inscrições e associações desde sempre contribuíram para o não-enraizamento do liberalismo clássico na elite brasileira. Veja-se SANTOS, Wanderley G. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro, Rocco, 1998, pp. 9-61.

⁵ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Documentação avulsa do Rio de Janeiro*, 1658, caixa 3, maço 127.

O segundo elemento refere-se ao comprometimento de *toda* a sociedade com a exclusão, traço que não escapou ao olhar neoclassista de Debret. Na escravidão, existia a possibilidade não muito remota de um escravo tornar-se livre e, eventualmente, possuir outro cativo. Talvez por isso os revolucionários pernambucanos de 1817 tenham proposto apenas a emancipação gradual do cativo, reconhecendo como sagrados os direitos de propriedade. Do mesmo modo, no decorrer do período da Regência, à exceção da Revolta dos Malês (1835), nenhum dos levantes ocorridos (Farrapos, Cabanagem e Balaiada), alguns dos quais com grande participação de cativos, ex-escravos e homens pobres livres, reivindicou a eliminação da escravidão. Sintomático também foi o fato de, em 1840, os emissários da Anti-Slavery Society, de Londres, ao Brasil registrarem em seu relatório, com pesar, que não se podia contar com os brasileiros livres de cor para engrossar o movimento antiescravista.⁶

Em nosso século, em especial a partir do pós-guerra, o contínuo crescimento da economia pode ter sustentado “uma crença implícita e generalizada de que todos e cada um poderiam se beneficiar com o crescimento da nação”.⁷ Teria sido esta a base da harmonia social até, pelo menos, a década de 1980. Ora, à semelhança do que ocorria na época da escravidão, a possibilidade de se beneficiar desse crescimento do país significa, para os agentes sociais, poder reproduzir, em uma eventual posição de superioridade, as mesmas estruturas vigentes, i.e., a profunda desigualdade social e econômica.

⁶CUNHA, op. cit., p. 24; e CARVALHO, José M. de. *Teatro das sombras*. Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988, p. 51.

⁷REIS, Elisa Pereira. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro, Contracapa, 1998, p. 231; cf. tb. FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo, Paz e Terra, 1998, pp. 20-21.